

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

CARINE DOS SANTOS SPINDOLA

**Resistência e negritude: experiências de enfrentamento ao racismo
de jovens negros universitários**

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Name Risk

SÃO CARLOS

2022

CARINE DOS SANTOS SPINDOLA

**Resistência e negritude: experiências de enfrentamento ao racismo de jovens
negros universitários**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Name Risk

SÃO CARLOS

2022

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar as trajetórias acadêmica e pessoal de jovens negros universitários. Trata-se de estudo de abordagem qualitativa. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (Parecer nº 5.012.198, CAAE nº 48525521.0.0000.5504). Foram realizadas duas sessões de entrevista com base em roteiro semi-estruturado com três estudantes universitários. Nas entrevistas foram investigadas experiências de racismo vivenciadas pelos participantes, assim como suas histórias de vida, experiências de resistência ao racismo e relação com a universidade. Os dados coligidos foram analisados por meio da Análise Temática Indutiva. Da análise emergiram três categorias: identidade, discriminação racial e resistência ao racismo. A resistência foi um instrumento de poder exercido por todos os participantes ao longo de suas trajetórias. É importante a discussão do racismo na universidade e pela área da Psicologia para a construção de instituições antirracistas.

Palavras-chave: racismo, jovens universitários, identidade.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Características sociodemográficas dos participantes	17
--	----

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	06
1.1. Notas biográficas da pesquisadora	06
2. INTRODUÇÃO	07
2.1. Racismo e violência no Brasil: aspectos históricos	07
2.2. Racismo estrutural e resistência	08
2.3. Implicações subjetivas do racismo	11
2.4. Jovens negros e universidade	12
3. OBJETIVOS	15
4. MÉTODO	16
4.1. Participantes	16
4.2. Instrumentos	18
4.3. Procedimento	19
4.3.1. Coleta de dados	19
4.3.2. Análise dos dados	19
4.4. Cuidados éticos	20
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
5.1. Identidade	21
5.2. Discriminação racial	23
5.3. Resistência ao racismo	25
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	29
Apêndice 1 - Formulário de Dados Sociodemográficos	32
Apêndice 2 - Roteiro de Entrevista	35
Apêndice 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	36
Apêndice 4 - Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa	40

1. APRESENTAÇÃO

Este estudo tem como proposta contribuir para as reflexões acerca do racismo estrutural e formas de resistência à hegemonia branca assim como colaborar para a construção de uma psicologia antirracista. Para tanto, inicialmente será apresentada a história de vida da pesquisadora e suas experiências de racismo. Na sequência será apresentado o arcabouço teórico-metodológico do estudo, seguido dos objetivos, metodologia e seus resultados principais.

1.1. Notas biográficas da pesquisadora

Sou a segunda de três filhas mulheres, com mãe negra e pai branco, nasci na periferia da Zona Leste de São Paulo-SP. Aos três anos, me mudei para São Bernardo do Campo-SP e aos sete me mudei para Paulínia-SP, onde vivi até os 20 anos mantendo bastante proximidade com o lugar onde nasci. Em Paulínia, eu me sentia diferente de quando estava em São Paulo, eu tinha experiências diferentes. Hoje percebo que em Paulínia eu vivi majoritariamente espaços escolares brancos. Em São Paulo, a favela era negra, era um dos lugares onde eu mais me sentia segura e pertencente.

Ser filha de um casal interracial – considerando que fui ouvir falar desse termo só na adolescência – foi no mínimo confuso. Com relação às filhas, todas eram negras, sendo eu a menina com a tonalidade de pele mais clara. Lembro-me de ouvir várias discussões dos meus pais indagando sobre qual seria a minha raça. Em casa, muitas vezes eu era branca – descobri na juventude a influência do colorismo nessa questão – sentia um certo alívio, mas não entendia o porquê, por ora o alívio bastava. Quando comecei a ir à escola, por volta dos cinco anos, senti-me mais confusa, porque em casa eu era “meio branca”, mas na escola não, na escola eu era negra, sempre uma das únicas da sala.

Creio que, a partir do meu ingresso no ambiente escolar, passei a relacionar a negritude com violências, e embora essas vivências tenham um peso cavalari em quem eu sou hoje, este não será o foco da minha apresentação.

Quando cursava o ensino médio, em função de tantas experiências de racismo, fui levada a buscar, cada vez mais, conteúdos produzidos por pessoas negras para que eu pudesse, de alguma forma, compreender a minha identidade. Este foi um período bastante transformador, no qual eu pude resgatar a minha negritude para além da violência e desejar criar com o meu corpo novas possibilidades. Um ano após a conclusão do ensino médio, eu

cortei toda a parte alisada artificialmente do meu cabelo e pela primeira vez em anos pude me olhar com o meu cabelo natural. Foi um dos dias mais marcantes e felizes, que eu me lembro de ter vivido.

Quando ingressei na faculdade de Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos, aos 20 anos, não pude deixar de perceber o racismo velado e estruturante da universidade. Sem nunca ter tido aula com um docente negro, dentro do Departamento de Psicologia, decidi estudar o racismo e as formas de resistência da população negra no ambiente universitário na minha pesquisa de monografia. Além de contribuir para a produção científica da área, este trabalho faz parte do meu processo de denúncia, cura e luta, que envolve a guerrilha dos corpos negros.

2. INTRODUÇÃO

2.1. Racismo e violência no Brasil: aspectos históricos

No Brasil, o racismo contra a população negra, desde a implantação do sistema escravista (século XVI-XIX), segue até os dias de hoje com alterações devido às mudanças estruturais pelas quais passou a sociedade brasileira. Durante a escravidão, milhares de pessoas eram raptadas do continente africano e transportadas para o Brasil onde eram vendidas para escravocratas, em virtude da cor da pele. Durante os quase 400 anos desse sistema, as pessoas negras eram tratadas como objeto, sua condição humana era aviltada, sofriam torturas e privações. Em 1989, o racismo se tornou crime no país (Lei Nº 7.716/1989), entretanto, as violências raciais não foram extintas, mas sim adequadas para o novo contexto. Atualmente, o racismo se expressa de maneiras sutis ou explícitas tanto no espaço público como no espaço privado.

Segundo o *Atlas da Violência*, coordenado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2018), em 2016, 71,5% das vítimas de homicídio no Brasil eram negras. Analisando o período de 2006 a 2016, o número de assassinatos dessa população cresceu 23,1%, enquanto o de pessoas não negras caiu 6,8%.

A polícia do Brasil tem feito uso ostensivo da violência conforme pode ser exemplificado nos casos adiante. Em 2018, foram 6.220 mortes, sendo o perfil das vítimas: 99,3% homens, 77,9% entre 15 e 29 anos e 75,4% pessoas negras (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2019). Em 2019, Ágatha Félix, uma menina de oito anos, foi baleada pela polícia na porta de sua

casa, enquanto chegava com a mãe no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro-RJ. No ano seguinte, um adolescente de 14 anos foi baleado dentro de sua casa, foram disparados 72 tiros contra a casa do menino na região metropolitana do Rio de Janeiro-RJ (Paula, 2020).

De acordo com o IBGE a população negra brasileira é composta por autodeclarados pretos e pardos (IBGE, 2013). Com base nesse contexto da violência racial no Brasil, apresenta-se a seguir, as definições de raça e teoria do racismo estrutural, utilizados neste trabalho. Além de apresentar o conceito de resistência.

2.2. Racismo estrutural e resistência

O conceito de raça é bastante complexo e depende do contexto histórico e cultural em que está inserido. Sabe-se que a palavra “raça” sempre esteve ligada a uma forma de classificação. Primeiramente, de plantas e animais, posteriormente, passou a incluir os seres humanos. A partir do século XVI, o significado de raça passou a apresentar forte relação com o de classificação e categorização de seres humanos, pautado no poder e no domínio sobre o outro (Almeida, 2019). Usaremos, ao longo do presente estudo, o conceito de raça como uma ideologia que hierarquiza e estrutura a sociedade, sendo cultural e socialmente construído (Souza, 1983).

Como apontado, os conceitos de raça são cultural e socialmente construídos, desse modo, cria-se uma cultura do “ser branco”, denominado branquitude, e uma cultura do “ser negro”, denominada negritude. A branquitude pode ser definida como posição em que as pessoas brancas foram sistemática e intencionalmente privilegiadas quanto à posse/uso de recursos materiais e simbólicos. Sua origem deriva do colonialismo e do imperialismo e se mantém até os dias de hoje, com auxílio do Estado, das instituições, dos meios de comunicação, dentre outros pilares do racismo estrutural da sociedade brasileira. Com relação à negritude, pode ser caracterizada enquanto desvantagens à posse de recursos materiais e simbólicos, circunstâncias histórico-culturais forjadas com o período escravocrata e formas de resistência à hegemonia branca que fazem parte a vivência de pessoas negras. Os traços fenotípicos são apenas dispositivos materiais de classificação racial que auxiliam o mecanismo de distribuição de privilégios e desvantagens políticas, econômicas e afetivas (Almeida, 2019).

Segundo Almeida (2019), na obra *Racismo Estrutural*, o racismo como o sistema estruturante da sociedade se apropria de diversas ferramentas historicamente desenvolvidas

para se fortalecer enquanto discurso e ideologia. O Iluminismo (século XVIII) formalizou ferramentas que tornaram possível a classificação filosófica e antropológica entre seres civilizados e selvagens por meio da categorização e comparação de diferentes sociedades. O conceito de “determinismo biológico” (século XIX), proposto pelo Positivismo, por sua vez, ordenou que condições geográficas e biológicas são capazes de explicar diferenças psicológicas, intelectuais e morais entre diferentes povos. Esses discursos foram usados pela Igreja Católica no contexto do (re)descobrimto do continente africano para forjar e validar a supremacia do povo branco sobre o povo negro.

A partir desse histórico marcante, a compreensão da sociedade brasileira contemporânea exige contextualização e compreensão dos conceitos de raça e racismo. No presente estudo, será utilizada a teoria do “racismo estrutural” (Almeida, 2019). Essa teoria propõe que o racismo é condição da própria estrutura social presente nas práticas sociais, nas relações políticas, econômicas e jurídicas da sociedade. Os atos individuais de racismo e o racismo institucional são materializações do preconceito estruturante da sociedade, segundo Almeida.

O racismo como ideologia molda o inconsciente e constrói subjetividades de modo a alinhar essa ideologia às práticas sociais. Nesse sentido, o racismo não necessita de ações conscientes para existir. O racismo produz um imaginário social que é a todo momento reforçado pelos meios de comunicação, educacionais e pela indústria cultural. No livro *Racismo estrutural*, Almeida (2019) afirma que: “a ideologia, portanto, não é uma representação da realidade material, das relações concretas, mas a representação da relação que temos com essas relações concretas” (p. 65). Essa distinção é importante para pensarmos que antes de tudo a ideologia é uma prática desenvolvida com finalidades específicas.

O debate sobre colorismo ou pigmentocracia racial, criado por Alice Walker em 1982, pode ser um dos meios para compreensão da violência racial contra a população negra. Essa teoria propõe que a tonalidade da cor da pele nesse grupo social determina a forma como o indivíduo será tratado. Quanto mais escuro for o tom de pele e mais traços fenotípicos negros o indivíduo apresentar, mais violência e exclusão serão direcionadas a ele (Portal Geledés, 2015). Aliando essa teoria à noção de que os conceitos de raça são socialmente determinados, há um movimento de branqueamento por parte das pessoas negras a fim de esconderem seus traços fenotípicos negros e se esquivarem de tantas violências. Atualmente, existem técnicas de branqueamento da pele por meio de cosméticos cuja utilização está crescendo gradativamente, sendo bastante utilizados no continente africano conforme apresentado no

documentário *Skin* (Effiong, 2019). Esses procedimentos são extremamente agressivos e geralmente provocam machucados na pele das pessoas que o utilizam na esperança de conseguirem uma tonalidade de pele mais clara.

Durante o período escravocrata, o povo negro não permitiu que o encontro entre culturas fosse assimétrico ou de submissão. A criação e recriação dos modos de agir e resistir sempre estiveram presentes na vida e luta desses povos, a formação de famílias, por meio do casamento, foi uma prática conquistada durante a escravidão, por meio da luta das pessoas negras, e que funcionava como modo de resistência e cuidado uns com os outros. Além disso, o casamento entre escravos possibilitou a construção coletiva de um senso de ancestralidade, enfraquecido no processo de escravidão (Guerra, 2020).

É necessário ressaltar que a diáspora africana e escravidão resultou numa mistura, no Brasil, de povos de diferentes regiões da África, isso demandou que essas populações coletivizassem práticas diversas, combinando diferentes práticas e reinventando novas tradições para resistir ao domínio branco. A resistência e a oposição frente à dominação são práticas adotadas pela população negra no resgate das identidades e no senso de pertencimento coletivo. Gusmão e Von Simson (1989) fizeram um histórico acerca das formas de resistência no período colonial e demonstraram que a população negra construiu práticas de resistência na religião, nos quilombos e nas festas de carnaval.

No período colonial e imperial, as práticas de resistência se limitavam à vida privada e aos ambientes como quilombos. Atualmente, com a globalização e com a internet, o protagonismo negro se expandiu para a vida pública nos mais diversos âmbitos da vida coletiva, como literatura, música, artes plásticas, entre outras. A resistência, tanto hoje quanto no período colonial, serve como forma de afirmação de si, resgate, valorização da cultura afro-brasileira e empoderamento. A arte, em suas mais diversas formas de expressão, se constitui como fonte de coletividade e luta ao representar os sujeitos, a quem é direcionada, como sujeitos de valor. Ao povo negro, a arte serve como forma de resistência e construção constante da negritude e afirmação de si. Logo após o sequestro dos africanos, quando foram forçados a permanecer em território brasileiro, esses sujeitos identificaram formas de manter sua cultura e transmitir costumes africanos para as gerações seguintes. Uma desses meios foi a música, os cantos e cantigas ancestrais que proporcionaram um acalento ao povo negro ao manter palavras africanas no cotidiano e ao criar um senso de ancestralidade (Gusmão & Von Simson, 1989).

Além do panorama histórico/sociológico e das diferentes estratégias de resistência frente à dominação, é importante apresentar as implicações afetivas e subjetivas derivadas da presença do racismo estrutural na sociedade brasileira.

2.3. Implicações subjetivas do racismo

Na vida cotidiana, as pessoas negras se deparam com as violências raciais, de forma velada ou não, em todos os espaços, desde a vida privada até a vida pública/coletiva. A convivência diária com a violência provoca traumas, ansiedade, crises de identidade e episódios depressivos (Pompermaier, 2017). O sofrimento psicológico, além de ser resultado direto das diferentes modalidades de violência, também é produto de uma espécie de desamparo com o mundo: é natural que anos de violências diárias em diferentes espaços gerem receio de ser violentado novamente.

Nesse sentido, é muito comum que pessoas negras criem mecanismos para se defender do mundo. Quanto à crise de identidade, pela falta de exemplos positivos e potentes do ser negro, as pessoas negras constituem sua subjetividade pautada na negação da sua cultura. Sobre a história do povo negro no Brasil frequentemente aborda-se as violências e as humilhações, pouco se fala sobre as resistências, sobre a cultura que os povos negros criaram em uma terra tão distante do seu berço. Os estereótipos e papéis sociais atribuídos a essa população pela branquitude são também um obstáculo para a identificação com a cultura negra calcada no orgulho (Pompermaier, 2017).

A transição entre condição de “objeto-mercadoria” para “sujeito-cidadão” não foi superada sem impactos na subjetividade da população negra. Como a população branca não foi levada a refletir sobre os séculos de violências por ela forjadas, essa transição não foi determinante para subverter a ideia de negritude calcada na inferioridade construída *pela* – e *para* – a branquitude. No Brasil, no período escravagista, as pessoas negras eram consideradas objetos e não humanas, essa lógica de desumanização era um dos argumentos para a exploração desses corpos. Essa ideia de desumanização não superada atualmente acarreta na violência, genocídio, marginalização, solidão e rejeição sistemáticos dos corpos negros.

Guerra (2020) aponta que a obra *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, de Neusa Santos Sousa (1983), discute a construção do ideal de eu das pessoas negras calcado no ideal de eu da branquitude. Para a autora, esse processo acarreta sofrimento mental, pois sendo o ideal de eu uma instância separada e controladora do eu, o ser branco se configura como ideal de eu incompatível com a cor da

pele. Essa configuração leva as pessoas negras à negação da cor da pele, construção imaginária de embranquecimento da raça a partir da base narcísica do sujeito (Guerra, 2020).

Quanto ao narcisismo cabe esclarecer o impacto da vivência do racismo no cotidiano. A experiência da violência, associada à cor de pele negra, leva os sujeitos à manifestação de sentimento de culpa, censura e autorrestrrição, sendo o recalque e a negação insuficientes para explicar essa vivência. No nível inconsciente, haveria a assimilação de uma posição narcísica de inferioridade por meio da identificação com os ideais dominantes da branquitude (Guerra, 2020).

Achille Mbembe conforme citado por Lassana Danfá (2020) cunhou o termo “contraviolência” para se referir à violência dirigida ao colonizador pelo colonizado. Para o autor, a violência forjada pelo colonizador por meio da imposição cultural, negação identitária de grupos sociais subjugados e violência física extrema, como ocorreu no período de escravidão contra a população negra, gera sentimentos de agressividade nas vítimas, além do sentimento de que apenas a violência pode impedir ou contrapor as sevícias destinadas a esses povos, uma vez que o diálogo pacífico não tem esse poder. Danfá, inspirada em Freud e Lacan, propõe que nas civilizações ocidentais existe um mecanismo de distribuição desigual do gozo que acompanha a distribuição de privilégios. Nesse sentido, acumula-se e destina-se o gozo para os grupos minoritários no poder, por outro lado, aos grupos sociais desprivilegiados e excluídos é negado o gozo por meio de desvantagens circunstanciais e/ou histórico-culturais. Isso faz com que os grupos marginalizados busquem se libertar da opressão, em busca do gozo, muitas vezes por meios considerados antissociais pela classe dominante (Danfá, 2020).

A fim de caracterizar a amostra do trabalho, será apresentado a relação entre jovens negros e universidades brasileiras.

2.4. Jovens negros e universidade

O sistema de cotas raciais (Lei Nº 12.711/2012) em Instituições de Ensino Superior da Rede Federal constitui iniciativa do Governo Federal como forma de reparação histórica e tentativa de diminuição da desigualdade social entre pessoas brancas e negras no Ensino Superior. Em 2003, foi sancionada a Lei Nº 10.639/2003 que inclui como obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo oficial da rede de ensino pública.

No âmbito da UFSCar, a Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE) é um órgão de apoio administrativo, responsável por implantar e

implementar políticas de ações afirmativas, diversidade e equidade, assim como mecanismos de acompanhamento e verificação da eficácia das políticas. Segundo o órgão, as ações afirmativas são um conjunto de políticas que têm por objetivo combater práticas discriminatórias e eliminar desigualdades historicamente acumuladas decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e por deficiências (SAADE, 2016).

Em 2007, a UFSCar implantou por meio da Portaria GR nº 695/07 o ingresso de pessoas de grupos socialmente vulneráveis por reserva de vagas para o acesso a cursos de graduação. É importante salientar que essa conquista é fruto das lutas tanto dentro como fora da Universidade. Assim como nas outras esferas na sociedade, a vida universitária e estrutura das universidades são atravessadas pelo racismo estrutural. De modo que é possível ver neste contexto a reprodução do racismo estruturante do Brasil, como o baixo número de docentes e discentes negros e as violências raciais.

A ação dos movimentos negros dentro das universidades é bastante potente, tanto para estabelecer postura de resistência frente às opressões como para união e fortalecimento do povo negro. As ações afirmativas relatadas foram um dos ganhos dos movimentos negros na UFSCar. Outros ganhos da organização desses movimentos são o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (NEAB/UFSCar), criado em 1991 por militantes com a proposta de realizar estudos acerca das questões de negritude, além da Semana Acadêmica-Cultural Afriacana de São Carlos, evento que está atualmente na sua décima quarta edição e é organizado por militantes negros da Universidade. O evento tem o propósito de valorização do continente africano e dos povos afro-brasileiros e conta com oficinas, aulas e festas.

Segundo o estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (IBGE, 2019), estudantes pretos ou pardos compunham a maior parte (50,3%) das universidades públicas brasileiras e 46,6% das universidades privadas. Embora negros e pardos representem, aproximadamente, 50% das universidades do país, considera-se que há um sub-representação dessa população no ensino superior, uma vez que 56,2% dos brasileiros são pretos ou pardos (IBGE, 2019; Lopes, Silva & Ferreira; 2021).

Em um estudo envolvendo a Universidade Federal de Alfenas, Lopes, Silva e Ferreira (2021) acusaram uma subocupação das vagas reservadas para pretos e pardos, especialmente na área das Ciências Exatas e da Terra e em cursos de bacharelado. Além disso, os autores fizeram uma simulação acerca do ingresso de estudantes negros, caso não houvesse o sistema de ações afirmativas e reserva de vagas para essa população, e concluíram que o número de

estudantes que não teriam ingressado em cursos de bacharelado seria duas vezes maior do que em cursos de licenciatura.

Rosa e Alves (2020) consideram a permanência estudantil enquanto a possibilidade de durar ao longo do tempo e de transformar a existência. Nesse sentido, as autoras relacionam a permanência de universitário negros com a possibilidade de (re)existência no curso e na universidade apesar do racismo estrutural, mediada pela identificação com outras pessoas negras e pela constituição de coletivos negros.

A partir desse arcabouço teórico, apresentar-se-á o objetivo e percurso metodológico do trabalho, envolvendo os processos éticos.

3. OBJETIVOS

Este estudo teve por objetivo analisar a trajetória pessoal e acadêmica de jovens universitários, homens e mulheres, negros(as).

4. MÉTODO

Trata-se de estudo de caráter qualitativo, pois serão analisados os valores, os símbolos, as práticas e as relações, que são indissociáveis e ao mesmo tempo atravessados pela subjetividade do ser humano, aspectos fundamentais considerados na abordagem qualitativa (Minayo, 2014). A natureza qualitativa do estudo ampara o objetivo de analisar as trajetórias pessoal e acadêmica de jovens negros(as).

4.1. Participantes

O recrutamento dos participantes foi realizado via contatos e redes sociais da estudante. Foram convidados para participar do estudo três estudantes de graduação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* de São Carlos-SP. A universidade oferece 64 cursos distintos e abrange, no total, 26.935 alunos matriculados ao longo dos quatro *campus*, Araras, Lagoa do Sino, Sorocaba e São Carlos, além disso, foi classificada como a 12ª melhor universidade do Brasil pelo Ranking Universitário Folha (RUF) em 2019. Em São Carlos, está o maior *campus* da universidade, que conta com 300 laboratórios, biblioteca, ambulatório, teatros e anfiteatros, parque esportivo, quadras, piscina, Hospital Universitário, da Unidade de Saúde-Escola e da Agência de Inovação, entre outros equipamentos (UFSCar, 2018; RUF, 2019).

Como critérios de inclusão os participantes deveriam autodeclarar-se racialmente como pessoas negras, pretas ou pardas, e ter idade entre 18 e 25 anos. Além disso, os participantes deveriam ser integrantes do corpo discente da UFSCar, *campus* São Carlos, e ter ingressado na universidade anteriormente à pandemia de COVID-19, declarada em março 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a fim de terem vivenciado o ambiente universitário presencialmente. Adiante, são descritas as principais características de cada participante (Tabela 1).

Vanessa é uma mulher cisgênero¹ de 23 anos, negra, com a tonalidade de pele clara, estudante de graduação da UFSCar, área de Ciências Humanas. No momento da pesquisa, cursava o quarto ano de graduação. A estudante é solteira e mora com sua mãe, uma mulher branca, e pai, um homem negro. Vanessa é a filha caçula de um grupo de quatro filhos, dois

¹Cisgeneridade refere-se à consonância entre identificação de gênero e gênero atribuído com base no sexo biológico. Os indivíduos que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento são denominados transgênero (Alves, 2017).

de seus irmãos são homens gêmeos brancos e a filha primogênita é uma mulher branca, todos moram em casas distintas. A participante reside em cidade a cerca de 15km de São Carlos-SP, antes da pandemia de COVID-19, tinha o hábito de ir para a universidade assistir às aulas e voltar para sua cidade natal todos os dias. Além disso, a estudante exerce atividade remunerada, que lhe confere toda a sua renda mensal, a renda mensal de sua família é de, aproximadamente, três salários mínimos.

Lucas é um homem cisgênero de 24 anos, negro, com a tonalidade de pele escura, estudante de graduação da UFSCar, área de Ciências Humanas, no momento da pesquisa, cursava o quarto ano de graduação. O estudante é solteiro e reside em uma república universitária em São Carlos-SP. Lucas é filho de casal interracial, sua mãe é uma mulher branca, com quem Lucas morou até ingressar na universidade, seu pai é um homem negro. No entanto, o estudante não o conhece. Sua família nuclear é composta por sua mãe e irmão, ambos brancos, e por seu padrasto, um homem negro. O estudante não exerce nenhuma atividade remunerada e recebe contribuição de seus responsáveis, a renda mensal de sua família é em torno de dois salários mínimos.

Luana é uma mulher cisgênero, negra, com a tonalidade de pele escura e tem 26 anos de idade. Luana cursa o último ano de sua graduação na UFSCar, área de Ciências da Saúde. A estudante é solteira e reside numa república em São Carlos-SP. A família nuclear de Luana é formada por ela, seu irmão mais velho, um homem negro, que mora com a mãe da participante e sua mãe, uma mulher negra. O pai da participante é um homem negro e divorciado de sua mãe, por não ter uma relação bem estabelecida com seu pai, a participante considera sua família monoparental. Luana exerce atividade remunerada, que lhe confere toda sua renda mensal, a renda mensal de sua família é de, aproximadamente, um salário mínimo.

Tabela 1

Características sociodemográficas dos participantes

Nome fictício	Idade (anos)	Identidade de Gênero	Estado civil	Ensino Fundamental e Médio	Arranjo familiar	Aspectos raciais familiares	Renda familiar (salário mínimo)
Vanessa	23	Cisgênero feminino	Solteira	Integralmente em rede pública	Nuclear	Família interracial, sendo Vanessa e seu pai negros e sua mãe e três irmãos brancos	3
Lucas	24	Cisgênero masculino	Solteiro	Integralmente em rede pública	Nuclear	Família interracial, sendo Lucas e seu padrasto negros e sua mãe e irmãos brancos	2
Luana	26	Cisgênero feminino	Solteira	Integralmente em rede pública	Monoparental	Todos os integrantes são negros	1

Nota. Valor do salário mínimo em 2021, ano da coleta dos dados, R\$ 1.100,00 (Lei 14.158/2021).

4.2. Instrumentos

Para realização do estudo foram aplicados os seguintes instrumentos:

- (1) *Questionário Socioeconômico* (elaborado pelo orientador) que versou sobre dados pessoais dos participantes, arranjo e renda familiar e dados gerais de seus progenitores (Apêndice 1).
- (2) *Roteiro de entrevista semi-estruturado* (elaborado pela estudante e pelo orientador) que versou sobre a história de vida dos participantes: histórico educacional, constituição familiar, *hobbies* e experiências amorosas. Além da trajetória e experiência acadêmica, o roteiro versou sobre a relação com a

universidade, sentimento de pertencimento e ligação com movimentos negros, experiências de racismo e resistência ao racismo (Apêndice 2).

4.3. Procedimento

4.3.1. Coleta de dados

Foram realizadas duas sessões de entrevista, fundamentadas em roteiro semi-estruturado, com cada participante, de aproximadamente uma hora de duração cada uma. Todas as entrevistas foram realizadas remotamente, em função das medidas sanitárias para contenção da propagação do vírus Sars-CoV-2, causador da COVID-19, via plataforma Google Meet. As duas sessões de entrevista, com cada participante, foram realizadas no intervalo de uma semana, para que os dados coletados fossem submetidos à análise preliminar. A quantidade de entrevistas foi estabelecida em função de algumas características como: grade curricular do curso de graduação em Psicologia da UFSCar (disciplinas dedicadas à confecção da monografia) e maior possibilidade de engajamento/adesão à pesquisa por parte dos participantes. Cada sessão de entrevista foi gravada (áudio/vídeo) e posteriormente transcrita pela estudante. Após a transcrição, a estudante apagou/deletou de seus dispositivos a gravação de cada uma das entrevistas realizadas com cada participante.

O recrutamento dos participantes foi realizado via contatos e redes sociais da estudante. O convite para participação na pesquisa foi feito individualmente a cada participante, junto à explicação dos objetivos da pesquisa e do processo de coleta de dados. Antes do início da primeira entrevista com cada participante, realizou-se o esclarecimento ético sobre o estudo, conforme reza a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), seguido de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 3) via e-mail.

4.3.2. Análise dos dados

Os dados coletados foram analisados com base nos princípios da Análise Temática Indutiva. Segundo Braun e Clarke (2006), esta é uma técnica utilizada em pesquisas qualitativas para identificar e descrever padrões dispostos nos dados. Foram seguidos os

passos estipulados pelas autoras: (1) leituras e releituras exaustivas do material; (2) estabelecimento de códigos iniciais e confronto de cada um deles; (3) cotejamento dos códigos com temas potenciais; (4) checagem dos temas e estabelecimento do mapa temático da análise; (5) análise a fim de refinar os temas e nomeação de cada tema; (6) análise final e extração de exemplos, relacionando com o objetivo do estudo.

4.4. Cuidados éticos

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa (Parecer nº: 5.012.198, CAAE nº: 48525521.0.0000.5504) (Apêndice 4). A coleta e análise dos dados foram conduzidas de acordo com os termos da Resolução No. 510/2016 - Normas Aplicáveis a Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (Brasil, 2016) do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Os colaboradores anuíram com sua participação voluntária por meio de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) via e-mail. A fim de resguardar o anonimato e manter preservado o sigilo quanto à identidade dos participantes, os nomes e demais informações que porventura pudessem identificá-los foram mascaradas ou substituídas por elementos fictícios.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da análise dos dados coligidos, com base na Análise Temática Indutiva (Braun & Clarke, 2006) emergiram as seguintes categorias: (a) identidade, (b) discriminação racial, (c) resistência ao racismo.

5.1. Identidade

Os três participantes discorreram acerca da sua negritude a partir de laços identitários que remetem à sua família e relatos de violência. A seguir serão apresentadas considerações acerca de cada um dos participantes a esse respeito.

Como dito anteriormente, Vanessa é filha de casal interracial, no qual seu pai e família paterna são pessoas negras de pele retinta e a sua mãe e família materna é branca. Ela relatou durante as entrevistas que, no ambiente familiar, sempre foi situada em “um não lugar”, ou seja, ela não era “escura o suficiente” para ser uma mulher negra e não era “clara o suficiente” para ser branca. Em função dessa dinâmica familiar, durante sua infância e adolescência, Vanessa teve sentimentos conflituosos acerca da sua negritude. Algumas de suas vivências lhe levavam a se identificar enquanto mulher negra, enquanto outras questionavam essa identificação. No relato abaixo, Vanessa narra experiência em que um dos únicos professores negros que teve na vida, olhou para ela e a viu enquanto uma menina negra.

Ele [professor] falou um pouco assim: ‘olha só, você tem traço de negro’ (...) eu acho que ele foi um dos responsáveis pra eu me reconhecer como tal, porque eu sempre... minha avó por parte de mãe, ela tem descendência indígena e portuguesa, ela sempre me chamou de nega-preta. Então assim por mais que me chamassem de nega-preta, por mais que a minha irmã cantasse *Nega do cabelo duro* pra mim, quando era pra falar ‘você é negra’, ninguém falava, porque ‘não, você é moreninha, mulata’ (...) ‘você é parda’ então é... (...) esse professor olhou pra mim e falou: ‘não, você tem traços negros, você é lida como uma pessoa negra’. (Vanessa, 23 anos)

Schucmane e Fachim (2016) abordam o local do “mestiço” na sociedade e em famílias interraciais. Segundo os referidos autores, o “mestiço” é capaz de transitar entre o local de branco e de negro sem pertencer a nenhum desses lugares. Para os movimentos negros, esse seria um sintoma do embranquecimento e do racismo estrutural na medida em que se estabelecem estereótipos e ideologias negativas relativos ao ser negro e estereótipos positivos

para a branquitude. Os sujeitos “mestiços” podem se afastar da negritude quando se aproximam da branquitude pelo viés do embranquecimento e de um “ideal de eu branco”. Nesse sentido, o movimento negro reivindica um sistema bipolar de classificação racial – branco e negro – no qual os negros com a tonalidade de pele clara possam se aproximar da sua negritude (Schucmane & Fachim).

No interior de famílias interracialis, a identificação do negro de pele clara enquanto pertencente a um grupo racial está atrelada aos afetos envolvidos entre os sujeitos e as denominações. Afetos mais positivos são distribuídos aos indivíduos que mais se aproximem da branquitude enquanto os negativos são destinados aos que mais se aproximam da negritude (Schucmane & Fachim; 2016). A partir dessas experiências da infância, a participante relata que passou a se autodeclarar enquanto uma mulher negra apenas em sua adolescência, mesmo assim, depois desse período, houve momentos em que questionou a sua própria negritude.

Os participantes Lucas e Luana declararam que a entrada na vida escolar apresentou papel fundamental no seu reconhecimento enquanto pessoas negras. Ambos moraram em periferias até o ingresso na graduação. Segundo os participantes, a periferia é um local majoritariamente negro e no qual há um sentimento de maior integração entre as famílias, quando comparada aos bairros nobres. Como relata Lucas: “na periferia você percebe que existe essa questão [racismo], mas ela é um pouco irrelevante, porque a periferia se trata de igual pra igual”. Nesse sentido, ambos os participantes estavam inseridos em locais que permitiam fácil identificação com a negritude.

Nos excertos a seguir, Lucas e Luana discorrem acerca dos seus processos de identificação enquanto pessoas negras.

Eu acredito que foi no ensino fundamental, tipo da sexta pra sétima série, quando eu percebi que as pessoas... é... não negras, né? Me tratavam de uma maneira diferente, né? Quando eu comecei a perceber em espaços assim que as pessoas olhavam pra mim de uma maneira diferente. (Lucas, 24 anos)

Eu sou uma mulher negra de pele escura, né? E desde casa, assim, eu já me identificava como uma mulher preta, né? Principalmente por conta do meu cabelo, porque foi aí que minha mãe sempre fazia meus penteados... é... toda a cultura musical que a gente tinha dentro de casa eram com cantores, com artistas pretos e depois que eu fui pra escola, né? Que aí eu acho que você... porque (...) quando eu estava em casa com a minha mãe, que é uma mulher preta, com o irmão, que também é um homem preto, e o meu pai também, que apesar de eu não morar com ele, ele é um homem preto. (...) Quando eu estava ali em casa todo mundo era igual, não tinha nenhuma diferença entre a gente e quando eu fui pra escola (...) foi aí que eu percebi que... não era tão simples assim a coisa, como era dentro de

casa, e aí eu acho que foi o momento que eu me vi realmente... ‘eu sou uma mulher preta’, sabe? (Luana, 26 anos)

No primeiro trecho de fala, Lucas relata sobre o provável tratamento discriminatório que recebia de pessoas não negras na escola onde cursou o ensino básico. No entanto, ao longo das entrevistas, Lucas forneceu respostas curtas e pouco aprofundadas acerca da sua vivência, o que levou a uma impossibilidade de analisar a sua relação identitária da maneira que foi realizado para as demais participantes. Considera-se que o fato do participante ser homem e a pesquisadora mulher possa ter relação com a sua conduta. Como a pesquisadora é mulher, nota-se que participantes mulheres apresentaram maior loquacidade ao discorrer sobre o assunto em questão, isto é: respostas longas, detalhadas e, de modo geral, tenderam a responder além do que lhes foi perguntado.

Essas situações remetem à noção de identidade segundo referencial lacaniano. Desde o início da vida, são apresentados aos sujeitos diversos ideais identitários que, por sua vez, são reduzidos a determinados ícones: um nome, uma religião, por exemplo. A partir desses ideais identitários, o sujeito se identifica e molda seus desejos, ingressa em determinado grupo social ou comunidade. Além disso, os sujeitos são coagidos, pelo mesmo mecanismo, a identificar-se com a ideologia dominante. Nesse sentido, é nesta inserção cultural com o Outro que o sujeito forma sua identidade por meio de laços identitários (Starnino, 2016).

Diferente dos demais participantes, Luana relata sempre ter se entendido como uma mulher negra, sendo que o cabelo e a cultura em que estava inserida, principalmente musical, tiveram importância fundamental na sua identificação. Além disso, Luana demonstra bastante proximidade ao falar sobre ser uma mulher negra e sobre suas experiências. Esta identificação pode ser fruto de ter nascido e de ter sido cuidada por uma família negra, além de ter pele retinta, o que não a coloca num não lugar entre branco e negro.

5.2. Discriminação racial

No que se refere a experiências de discriminação racial, os participantes Lucas e Luana relataram mais experiências em que foram diretamente objeto desta modalidade de violência. Já o participante Vanessa relatou mais eventos de discriminação racial direcionados a pessoas do seu convívio. Segundo o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010, discriminação racial é:

Toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

Os participantes Lucas e Luana relataram discriminações veladas e explícitas, como explicitam os recortes a seguir.

Não sei... mas os primeiros amores, assim, foi no Ensino Fundamental, né? Aquelas paixonites bobas, assim, e no Ensino Médio eu namorei duas vezes, pessoas brancas, meninas. E a experiência foi... eu não sei, que nem eu tava falando tipo você não percebe tanto essa diferença sabe, porque são pessoas que fazem parte do mesmo contexto [periférico] que você, mas você sabe que existe ali uma diferença, que é... o jeito que eles vão te olhar por você estar com uma pessoa branca no mercado, no *shopping* é diferente, sabe? (...) Mas lógico que existe, né? Aquele certo preconceito simbólico, sabe? Da maneira como a pessoa fala, algumas coisas que as pessoas falam que estão para além delas, né? Está uma coisa mais enraizada mesmo. (Lucas, 24 anos)

Então, algumas coisas você começa a perceber que as pessoas lhe tratam de uma forma diferente, elas te veem de uma forma diferente, quando elas lhe veem, porque na maioria das vezes você se torna uma pessoa invisível, assim, que não é vista pelos professores principalmente, né? E pelos alunos, pelos outros alunos, você é vista como uma pessoa diferente, mas não no sentido diferente bom, sabe? É no sentido diferente 'ah, que pessoa estranha' 'seu cabelo é estranho'. (Luana, 26 anos)

Eu não tive apoio nenhum, eu acho que o último ano [do Ensino Médio], pra mim, foi um ano mais difícil, porque eu me vi numa sala nova, com pessoas novas, sem meus amigos e sendo constantemente bombardeada por piadinhas, por humilhações, foi uma época bem difícil, eu chegava em casa muito mal, chorando e foi aí que eu falei pra minha mãe: 'olha, eu não quero continuar na turma que eu estou, você tem que ir na escola fazer alguma coisa' e, assim, escola pública, sabe? A minha mãe foi pra escola, eles falaram que era onde tinha vaga (...) e que era pra eu ignorar a pessoa, né? Então, era pra eu ignorar as piadas, como se fosse possível, né? Eu vivenciei a minha vida inteira com piadas racistas, com gente falando da cor da minha pele, com gente falando do meu cabelo, pra chegar no último ano mais uma vez isso acontecer e eu ser orientada a ignorar, que foi uma coisa que eu fiz a minha vida inteira, a minha vida inteira eu ignorei piadas, eu ignorei humilhações, eu ignorei ser invisível num lugar e mais uma vez eu tinha que passar por esse mesmo processo. Eu acho que a escola é o período mais difícil da vida de uma pessoa preta. (Luana, 26 anos)

Diferente de Vanessa, Lucas e Luana têm a pele retinta, isso acarreta em mais vivências de violência racial, como foi possível notar ao longo das entrevistas, visto que Lucas

e Luana tinham mais relatos de violências sofridas do que Vanessa, que, em geral, relatou violências raciais direcionadas a alguém próximo a ela. Esse padrão está em consonância com a teoria do colorismo, que explica como o racismo incide de maneira distinta nas diversas tonalidades de pele do povo negro (Portal Geledés, 2015).

A discriminação racial velada é caracterizada por ações nas quais o preconceito racial não está em evidência, está oculto ou mascarado. Como, por exemplo, os olhares que Lucas recebeu ao longo de seus relacionamentos com mulheres brancas. Nessas ocasiões, as pessoas olhavam para o casal de modo a discriminar que era um casal interracial. A discriminação velada é um indicativo da construção de subjetividades intrinsecamente ligadas à ideologia racista, pois mesmo sem perceber, os indivíduos acionam afetos e símbolos no processo de percepção de contextos e situações.

Luana relata experiências de discriminação racial vividas no ambiente escolar por parte dos pares e dos professores. A discriminação racial sofrida pelos pares consistia em violências explícitas, enquanto os professores e outros funcionários da escola, como diretores, discriminavam a estudante de forma velada. Além disso, eram coniventes com as violências direcionadas a alunos negros.

Estudos evidenciam a escola enquanto local reprodução e manutenção do racismo estrutural, na qual os estudantes negros são alvo de discriminação por parte de outros estudantes e por parte de professores que, além de se mostrarem incompetentes para mediar as violências raciais, geralmente, são coniventes e revelam seu próprio racismo em suas práticas educacionais (Scholz, Silveira, & Silveira; 2014; Tuono & Vaz; 2017). Segundo Scholz, Silveira e Silveira (2014), a característica racial é a principal motivação de discriminação no ambiente escolar, a raça consiste em um dos norteadores da abordagem educacional de educadores. No entanto, estudos indicam que o ambiente escolar e os educadores podem também representar espaço para transformar e desconstruir a ideologia racista.

5.3. Resistência ao racismo

No que se refere à resistência ao racismo estrutural, foram mencionados pelos participantes a resistência enquanto meio de afirmação da sua negritude e enquanto possibilidade de defender-se diante da violência racial. De acordo com Maciel Jr. (2013), Foucault conceitua resistência enquanto um poder das relações de força, ou seja, o poder “é um afetar e ser afetado”, resistir é a capacidade de criar relações não calculadas pelas

estratégias que dominam o campo político. A resistência é inseparável da dominação, pois assim como existe a força que controla e tenta gerir a vida, existe a força que reage ao controle criando possibilidades inéditas de existência. A seguir, apresentam-se excertos de fala dos três participantes acerca de momentos de resistência ao racismo:

Eu já fiz aqui na cidade um evento que foi um sarau de valorização do cabelo crespo, né? Era perto do dia da Consciência Negra (...) e aí eu chamei várias meninas que tinham cabelo cacheado, crespo, nem todas eram negras, mas a maioria eram, e aí a gente fez um sarau, uma cabeleireira aqui da cidade que é negra, especialista em cabelo afro foi lá, deu palestra, e a gente fez uma roda de conversa e discutiu sobre a questão do racismo, sobre a questão da aceitação com o cabelo, tinham algumas meninas lá que passaram por transição, que já tiveram o cabelo alisado. Tinha alguns homens também, que eu achei muito legal, porque é... sempre que a gente faz um evento sobre cabelo vai mais mulher, né? Mas tinham alguns homens também, negros, e a gente fez esse espaço e foi super divertido (...). (Vanessa, 23 anos)

Mano, buscando sempre um entendimento mais claro do mundo, mano, que é através da educação, pra mim é o pilar, assim da civilização, é se educar, é se autoconhecer e eu acho que eu leio muito, estudo muito, porque tipo na hora que... quando alguém vier me falar, tá ligado? Ou quiser me falar algo desse gênero, vai ter que ter argumento, tá ligado? Pra vir falar comigo, porque eu vou ter uma bagagem, tá ligado? E aí você vai ter que sustentar o seu argumento, porque eu garanto que eu vou conseguir sustentar o meu, tá ligado? Eu acho que é o conhecimento que leva a gente, mano, tipo a minha visão eu concilio com a do Malcom X, tá ligado? Eu acho que tipo o diálogo sempre aberto, mas se você quiser ir pro lado violento da questão, a gente pode ir também. Acho que é isso, eu não sou 100% calmo. (Lucas, 24 anos)

Sim, e eu não estava ali [departamento do seu curso] sozinha, né? Que eu acho que isso também é uma coisa que ajuda muito você ser enxergada, porque quando você é a única pessoa que vai falar por aquilo que você passou [discriminação racial efetuada por docentes da universidade], meio que as pessoas, né? Assim 'ah, mas aconteceu só com você isso?', então eu não estava ali sozinha, tinham pessoas que tinham passado pelas mesmas situações que eu e foi um momento assim que eu me senti vitoriosa, naquele momento eu falei: 'nossa...', queria ter tido coragem, ter tido mais entendimento pra fazer isso antes, pra que outras pessoas não passassem pelo que eu passei, mas assim nunca é tarde, sabe? Então foi um momento muito empoderador mesmo, de ter aquele momento, sabe? Não posso nem falar que aquele foi meu momento de fala, mas foi o momento que me deixaram falar, que olharam pra mim e me deixaram falar, que deixaram as pessoas que tavam comigo falarem o que elas tavam sentindo. (Luana, 26 anos)

O relato de Luana refere-se a um momento de denúncia das discriminações raciais sofridas junto a colegas de sua turma por parte de docentes do seu departamento. Segundo a participante, ela e colegas de classe sofreram discriminação por cerca de dois anos, até que

decidiram contatar o departamento e reunir todos os docentes para relatar o ocorrido e reivindicar mudanças.

Por se caracterizar enquanto uma força que se opõe ao poder dominante, as formas de resistência são diversas e infinitas. Desde o período de chegada de povos africanos para o Brasil, a resistência se deu por meio de diferentes ferramentas, como a luta, fuga, constituição de famílias, composição de músicas etc. Atualmente, a resistência dos povos negros se expressa em diversos âmbitos. Resistir à supremacia branca é uma forma de afirmação identitária de sujeitos negros e também de reivindicação pela conquista de direitos básicos e do respeito aos direitos humanos. Esse poder de criar exercido pela população negra resultou em vitórias para a comunidade (Madeira & Gomes, 2018).

A seguir serão apresentadas considerações finais com o propósito ainda de tensionar as relações raciais e abrir caminho para outras discussões, uma vez que, por tratar-se de um assunto tão complexo, considera-se impossível concluir e superar uma discussão desse patamar por meio deste estudo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou a análise das trajetórias de jovens negros no que tange à raça. Corroborando com outros estudos da área do racismo, evidenciou-se que a vivência de jovens negros é constantemente atravessada pelo racismo estrutural, inclusive no ambiente acadêmico. Além disso, as trajetórias dos três participantes foram permeadas por experiências de resistência à supremacia branca.

Considera-se que este estudo pode auxiliar no debate do racismo no Brasil, no entanto, faz-se necessário a ampliação de pesquisas na área, principalmente envolvendo a ciência psicológica. É imprescindível que, para a desconstrução da ideologia racista, a população branca esteja tão empenhada quanto a população negra. É sabido que, na luta contra o racismo, os negros são protagonistas, no entanto, é preciso que sejam realizados, também, estudos de análise da branquitude e que os brancos sejam levados à reflexão dos seus privilégios e vivências enquanto sujeitos da raça branca. Considera-se que a discussão aprofundada de questões raciais, assim como o debate dessa pauta ao longo do currículo, nos cursos de graduação em psicologia, pode auxiliar na luta contra o racismo e na construção de uma psicologia antirracista. Além disso, considera-se essencial que todos os profissionais da psicologia e psicólogos em formação estejam sempre atualizados com relação às discussões raciais, desse modo, poder-se-á oferecer escuta e auxílio de qualidade para os corpos não brancos.

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. L. (2019). Racismo estrutural. São Paulo: *Pólen*.
- Alves, C.E.R. (2017). Mulheres cisgênero e mulheres transgênero: existe um modelo legítimo de mulher? *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress*. Florianópolis.
- Brasil. (2012). LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília.
- Brasil. (2010). Estatuto da Igualdade Racial. Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília.
- Brasil. (2003). LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília.
- Brasil. (1989). LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Colorismo: o que é, como funciona. (2015). *Portal Geledés*. <https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/>
- Danfá, L. (2020). Violência civilizacional e colonial no olhar de Frantz Fanon e Sigmund Freud. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 40(No. Especial), 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003230245>
- Effiong, D. (Diretor). (2019). Skin. [Documentário].
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública & Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2018). *Atlas da violência*. Rio de Janeiro.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>
- Guerra, A. M. C. (2020). O papel da psicanálise na desconstrução do racismo à brasileira. *Revista Subjetividades*, 20(No. Especial 2).
- Gusmão, N. M. M., & Von Simson, O. R. M. (2020). A criação cultural na diáspora e o exercício da resistência inteligente. *Anuário Ciências Sociais Hoje*, 1989 (1989).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. *Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica*. (41).

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2013). Características Étnico-raciais da população: Classificações e Identidades. Estudos & análises. Informação Demográfica e Socioeconômica número 2. Rio de Janeiro.
- Lopes, R.A., Silva, G.H.G., & Ferreira, E.B. (2021). A Lei de Cotas e o acesso à Universidade Federal de Alfenas por estudantes pertencentes a grupos sub-representados. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. 120(260).
- Maciel Jr., A. (2014). Resistência e prática de si em Foucault. *Trivium*. 6(1). Rio de Janeiro.
- Madeira, Z. & Gomes, D.D.O. (2018). Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*. 133.
- Minayo, M.C.S. (2014). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. *Editora Vozes*. 27.
- Paula, M. (2020). Para além da cor da pele: O racismo estrutural e a violência policial. *Portal Geledés*. <https://www.geledes.org.br/para-alem-da-cor-da-pele-o-racismo-estrutural-e-a-violencia-policial/>
- Pompermaier, P. H. (15 de agosto de 2017). Como a vivência cotidiana do racismo. *Cult*. <https://revistacult.uol.com.br/home/como-a-vivencia-cotidiana-do-racismo-pode-produzir-traumas/#:~:text=Al%C3%A9m%20de%20desigualdades%20materiais%2C%20o,crises%20de%20identidade%20e%20depress%C3%A3o.>
- Portaria GR Nº 695/07, de 06 de junho de 2007. (2007). Dispõe sobre a implantação do Ingresso por Reserva de Vagas para acesso aos cursos de Graduação da UFSCar, no Programa de Ações Afirmativas. Universidade Federal de São Carlos. Programa de Ações Afirmativas.
- Rosa, E.G., & Alves, M.C. (2020). Estilhaçando a Máscara do Silenciamento: Movimentos de (Re)Existência de Estudantes Negros/Negras. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 40(spe).
- Scholz, D.C.S., Silveira, M.I.C.M., & Silveira, P.R. (2014). As práticas racistas no espaço escolar: a influência na saúde mental das crianças negras. *Identidade*. 19(2), 61-74. São Leopoldo.
- Schucman, L.V., & Fachim, F.L. (2016). A cor de Amanda: identificações familiares, mestiçagem e classificações raciais brasileiras. *Interfaces Brasil/Canadá*. 16(3), 182-205. Florianópolis/Pelotas/São Paulo.
- Secretária Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade. (2016). Apresentação SAADE. SAADE. <http://blog.saade.ufscar.br/?p=18>
- Souza, N. S. (1983). Tornar-se negro. Rio de Janeiro: *Graal*.
- Starnino, A. (2016). Sobre identidade e identificação em psicanálise: um estudo a partir do Seminário IX de Jacques Lacan. *Doispontos*. 13(3), 231-249. Curitiba/São Paulo.
- Tuono, N.E.F.T., & Vaz, M.R.T. (2017). O racismo no contexto escolar e a prática docente. *Debates em educação*. 9(18), 204-216.

Universidade Federal de São Carlos. (2018). Apresentação. <https://www.ufscar.br/a-ufscar/apresentacao#:~:text=H%C3%A1%2C%20no%20total%2C%206.935%20alunos,entre%20docentes%20e%20t%C3%A9cnico%2Dadministrativos>.

Ranking Universitário Folha. (2019). Ranking de universidades. <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>

APÊNDICE 1

FORMULÁRIO DE DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

DADOS PESSOAIS

Nome _____ ou _____ nome _____ social: _____

Idade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino () Outro _____

Data de nascimento: ____/____/____

Telefone: _____ Celular: _____

E-mail: _____

Estado civil: _____

Naturalidade: _____

Procedência (cidade onde reside): _____

Religiosidade: _____ Praticante: () sim () não

Frequência semanal: _____

Escolaridade:

Ensino Fundamental - () Rede pública () Rede particular

Ensino Médio - () Rede pública () Rede particular

Curso de Graduação: _____

Instituição em que cursa graduação: _____

Exerce alguma atividade remunerada? () Sim () Não

Caso sim, qual o valor da remuneração? R\$ _____

Renda mensal pessoal: R\$ _____

Seus pais ou responsáveis contribuem com sua renda pessoal? () Sim () Não

Residência: () mora em “república” (colegas de estudo, trabalho, etc.).

() mora sozinho(a)

() mora com a mãe, pai ou com ambos

() mora com parentes (tios, avós, primos)

FAMÍLIA DE ORIGEM

Renda familiar (soma dos rendimentos de todos os que contribuem no orçamento doméstico da família de origem):

R\$ _____

Número de pessoas que contribuem para o sustento da casa (família de origem): _____

Composição familiar (família de origem):

Arranjo familiar: () nuclear () extensiva () extensiva
recasada

() recasada () monoparental

Quem mora na casa de sua família de origem?

Parentesco	Sexo	Idade	Profissão	Rendimentos (R\$)
	() masc () fem			
	() masc () fem			
	() masc () fem			
	() masc () fem			
	() masc () fem			
	() masc () fem			

Dados gerais dos pais:

	Pai	Mãe	Outro responsável (se necessário)
Idade			
Escolaridade			
Cursou Pós-Graduação? Caso sim, qual nível? (Especialização, Mestrado, Doutorado)			
Profissão / Ocupação			
Renda mensal (R\$)			

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Nome, idade, gênero e raça com os quais se identifica.
- Quando você se descobriu negro(a)? Conte-me um pouco sobre essa experiência.
- Conte-me um pouco sobre sua história de vida.
- O que você gostava de fazer na sua cidade quando criança? O que gosta de fazer agora na cidade?
- Conte-me um pouco sobre a constituição da sua família.
 - família interracial?
 - sofreu racismo intrafamiliar?
- Conte um pouco sobre suas experiências amorosas. Você vê relação com o racismo?
- Qual é o seu curso? Conte-me um pouco sobre a sua trajetória acadêmica e como chegou nesse curso.
- O que você gosta de fazer em São Carlos?
- Quais são seus hobbies?
- Quais são seus sonhos atualmente?
- Conte-me um pouco sobre as suas experiências em ambientes escolares/educacionais. Como tem sido a sua experiência enquanto discente da UFSCar?
 - Você recebia atenção das outras crianças da escola e dos professores?
- Você já sofreu ou presenciou alguém sofrer violências raciais no cotidiano ou no ambiente universitário (aulas, projetos de extensão, estágios, festas universitárias, dentro das dimensões da UFSCar Campus de São Carlos)?
- Você sempre teve figuras negras de referência? Como é agora?
- De que maneiras você acha que o racismo interfere na sua forma de se colocar no mundo, na forma como a sociedade te enxerga e na forma como se vê?
- Quais são as suas formas de enfrentamento ao racismo?
- O que é racismo para você?
- Quais são as formas que você encontra para se fortalecer e se curar em relação ao racismo?
- Você conhece a SAADE?
- Você conhece coletivos da UFSCar? participa de algum?

APÊNDICE 3

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(Resolução CNS No. 510/2016)**

Eu, Carine dos Santos Spindola, estudante do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), gostaria de convidá-lo para participar da pesquisa “Resistência e negritude: experiências de enfrentamento ao racismo de jovens negros universitário”. Esta pesquisa faz parte de minhas atividades curriculares de monografia sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Name Risk, docente do Departamento de Psicologia da UFSCar.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar sua trajetória de vida, as manifestações de racismo das quais você foi vítima, além de suas experiências de enfrentamento ao racismo. Espera-se que os resultados deste estudo contribuam para conhecimentos a respeito dos modos de superação do racismo segundo a perspectiva de jovens universitários.

Por favor, leia com atenção e calma este documento. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de consentir sua participação, você poderá esclarecê-las comigo ou com meu orientador por meio dos contatos informados abaixo. Você não sofrerá nenhum tipo de penalização ou prejuízo caso não aceite participar desta pesquisa.

As informações obtidas por meio desta pesquisa são confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Esse sigilo também é garantido a pessoas ou grupo de pessoas que você vier a mencionar ao participar do presente estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e nas publicações, impossibilitando sua identificação. No entanto, em função da utilização do ambiente virtual para realização desta pesquisa e das limitações das tecnologias utilizadas, há restrições por parte dos pesquisadores para assegurar total confidencialidade, havendo risco de sua violação inerente a qualquer acesso à internet. Destaca-se que todas as medidas ao alcance dos pesquisadores serão tomadas a fim de resguardar o sigilo e confidencialidade de sua participação.

A qualquer momento, mesmo após ter assinado este documento, você pode desistir de participar do estudo e retirar o seu consentimento. Caso proceda desta maneira, sua recusa não

trará qualquer tipo de prejuízo em sua relação com a pesquisadora, com seu orientador ou com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Caso opte por desistir de participar após a assinatura deste documento, você deverá encaminhar e-mail para mim e para meu orientador comunicando esta decisão, seus dados não serão utilizados. Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. Embora se trate de pesquisa remota/*online*, os gastos diretamente advindos de sua participação neste estudo serão ressarcidos pela pesquisadora.

Para participar desta pesquisa, após preenchimento do presente documento, você deverá responder a um breve questionário *online*, na plataforma Google Forms, onde lhe serão perguntadas informações a respeito de sua caracterização sociodemográfica (idade, gênero, local de residência, escolaridade, escolaridade dos pais, renda familiar, renda pessoal, religião, nome do curso de graduação, posse de itens de conforto doméstico, composição familiar, etc.). Após isso, você será convidado a participar de duas sessões de entrevista semi-estruturada com duração de aproximadamente uma hora cada uma e intervalo de, no mínimo, 15 dias entre uma e outra. A data de cada entrevista será agendada conforme sua disponibilidade.

As entrevistas serão realizadas remotamente via plataforma Google Meet. Caso você não conheça ou tenha alguma dificuldade para utilizar esta plataforma ou a plataforma Google Forms, eu poderei auxiliá-lo. Para conhecer a política de privacidade da plataforma Google, clique no link: <https://support.google.com/meet/answer/9852160>. Solicito sua autorização para gravação em áudio e vídeo das duas sessões de entrevista. As gravações realizadas durante as duas sessões de entrevista serão transcritas na íntegra por mim e por mais um profissional experiente nessa ação

Em decorrência do tema abordado, o presente estudo poderá ocasionar estresse e desconforto psicológico em virtude da lembrança de experiências dolorosas relacionadas ao racismo. Caso isso aconteça, você deverá informar a pesquisadora a respeito. Diante dessas situações, você poderá fazer pausas, você tem autonomia para não responder as perguntas que considerar constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Nesta situação, serão retomados os objetivos do presente estudo e seus possíveis benefícios. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora irá orientá-lo e encaminhá-lo para profissionais especialistas e serviços disponíveis, caso necessário. Você receberá assistência imediata e integral e terá direito à indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Caso tenha interesse em conhecer os resultados gerais da pesquisa, você pode solicitar aos pesquisadores, por uma das formas de contato abaixo. Além disso, caso tenha alguma dúvida a respeito da pesquisa tanto agora quanto posteriormente, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora ou com seu orientador conforme os contatos abaixo.

Cumpra destacar que ao preencher este TCLE, você irá eletronicamente aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Solicito que você imprima ou salve a(s) página(s) do TCLE em seu equipamento pessoal. No entanto, caso prefira, você poderá solicitar aos pesquisadores via e-mail o referido arquivo. É importante que você guarde em seus arquivos pessoais uma cópia deste documento eletrônico (TCLE).

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar** que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br

() Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local: _____

Data: _____

Nome completo do participante: _____

E-mail do participante: _____

Contato dos(as) pesquisadores(as):

Pesquisadora: Carine do Santos Spíndola

E-mail: carinespindola17@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Name Risk

E-mail: eduardorisk@ufscar.br

Endereço: Departamento de Psicologia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Rod. Washington Luis, Km 235, São Carlos-SP, Brasil. Caixa Postal: 676. CEP:13.565-905. Telefone: (16) 3351-8361.

APÊNDICE 4



UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Resistência e negritude: experiências de enfrentamento ao racismo de jovens negros universitários

Pesquisador: Eduardo Name Risk

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 48525521.0.0000.5504

Instituição Proponente: Departamento de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.012.198

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa", e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram copiadas do arquivo "Informações Básicas da Pesquisa".

"Este projeto de pesquisa tem como proposta contribuir para as reflexões acerca do racismo estrutural e formas de resistência à hegemonia branca sob uma perspectiva psicanalítica. Assim como colaborar para a construção de uma psicologia antirracista. Para tanto, inicialmente será apresentada a história de vida da pesquisadora e suas experiências de racismo. Na sequência será apresentado o arcabouço teórico-metodológico do estudo, seguido dos objetivos e metodologia."

"Trata-se de um estudo de método qualitativo fundamentado na apresentação de estudo de caso. [...] Para tanto, tomar-se-á como base a realização de estudo de caso, metodologia desenvolvida por Sigmund Freud no processo de criação da Psicanálise. [...] Este estudo usará a categoria instrumental do estudo de caso, que trata de utilizar o(s) caso(s) como dispositivo de investigação de um fenômeno que não é exclusivamente o caso. No presente estudo, serão apresentados dois estudos de caso, com técnicas de escuta psicanalítica, como a associação livre, a fim de investigar o objeto de estudo da pesquisa. [...] Com a escuta psicanalítica, Freud propõe escutar um corpo que fala, nos sonhos e nos lapsos, por exemplo, consequentemente, pretende-se tornar consciente conteúdos inconscientes (Macedo & Falção, 2005). Por associação livre entende-se uma

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.562-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-6685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Protocolo: S.012.188

lênica na qual o paciente é convidado a comunicar ativamente e dizer tudo que lhe ocorre, sem deixar de revelar algo que lhe pareça insignificante, vergonhoso ou doloroso. A associação livre permite a análise dos fenômenos psicológicos normais e patológicos, exigindo do analista uma boa capacidade de escuta (Macedo & Falcão, 2005). A escuta psicanalítica e a associação livre serão importantes nesse estudo para coletar tanto conteúdos conscientes como inconscientes aos sujeitos, assim como possibilitar análise das esferas simbólicas e afetivas no que tange a discussão de raça e racismo.”

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Este estudo tem por objetivo analisar a trajetória pessoal e acadêmica de jovens universitários negros, de qualquer gênero, matriculados em universidades públicas, à luz de suas experiências de enfrentamento ao racismo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Em decorrência do tema abordado, o presente estudo poderá ocasionar estresse e desconforto psicológico em virtude da lembrança de experiências dolorosas relacionadas ao racismo. Em função da utilização do ambiente virtual para realização desta pesquisa e das limitações das tecnologias utilizadas, há restrições por parte dos pesquisadores para assegurar total confidencialidade, havendo risco de sua violação inerente a qualquer acesso à internet.

Em decorrência do tema abordado, o presente estudo poderá ocasionar estresse e desconforto psicológico em virtude da lembrança de experiências dolorosas relacionadas ao racismo. Caso isso aconteça, você deverá informar a pesquisadora a respeito. Diante dessas situações, você poderá fazer pausas, você tem autonomia para não responder as perguntas que considerar constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Nesta situação, serão retomados os objetivos do presente estudo e seus possíveis benefícios. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora irá orientá-lo e encaminhá-lo para profissionais especialistas e serviços disponíveis, caso necessário. Você receberá assistência imediata e integral e terá direito à indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Benefícios:

Na Plataforma e TCLE: “Espera-se que os resultados deste estudo contribuam para conhecimentos

Endereço: WASHINGTON LUIZ RM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.562-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3321-9285

E-mail: caphumanos@ufscar.br



a respeito dos modos de superação do racismo segundo a perspectiva de jovens universitários.”

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa que deve seguir os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº 510 de 2016 e suas complementares.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Documentos/Termos seguintes encontram-se anexados na Plataforma.

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1775710.pdf (26/08/2021)

Carta_Resposta_versao2.pdf (26/08/2021)

TCLE.pdf (24/08/2021)

Roteiro.pdf (19/08/2021)

Folha.pdf (19/08/2021)

Formulario.pdf (19/08/2021)

Projeto.pdf (24/08/2021)

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de análise de resposta ao parecer pendente Número: 4.901.451, emitido pelo CEP em 12 de Agosto de 2021.

PENDÊNCIA 1:

DOCUMENTO: Informações Básicas do Projeto

ARQUIVO (gerado a partir das informações inseridas na Plataforma):

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1775710.pdf (24/08/2021)

1.1 Metodologia proposta

Descrever as informações sobre a coleta de dados conforme consta no Projeto (em anexo).

Projeto:

“Os participantes serão recrutados a partir da rede de contato da pesquisadora/aluna (amostra de conveniência) por meio de convite pessoal via WhatsApp ou demais redes sociais.

Serão realizadas duas entrevistas com cada participante de aproximadamente 50 minutos de duração.

Todas as entrevistas deverão ser realizadas remotamente, por meio da plataforma Google Meet, em função dos protocolos sanitários para evitar contaminação pelo vírus Sars-CoV-2, causador da Covid-19. As entrevistas deverão acontecer com intervalos de no mínimo 15 dias entre uma e outra, a fim de que os dados coletados na entrevista anterior tenham sido submetidos

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.585-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9885

E-mail: caphumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.012.168

à análise parcial.

Os dados serão coletados via entrevista síncrona tendo como base o roteiro de entrevista semi-estruturada construído para o estudo. As entrevistas serão gravadas para que haja registro fidedigno das respostas. Os dados sociodemográficos serão coletados no início da primeira entrevista."

Os instrumentos de coleta de dados foram apresentados, em anexo: 1) formulário de dados sociodemográficos; 2) roteiro – entrevista clínica.

Adequar redação, contemplando os elementos solicitados de modo padronizado na Plataforma de acordo com o apresentado no Projeto.

ANÁLISE: pendência atendida.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e 510 de 2016, manifesta-se por considerar "Aprovado" o projeto.

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil.

OBSERVAÇÃO: Nos documentos encaminhados por Notificação NÃO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma "EMENDA".

Considerando a situação sócio sanitária, bem como os planos de contingenciamento da pandemia da COVID-19 municipais e Estaduais;

Considerando que as Portarias/Resoluções de Instituições Proponentes de pesquisa são constantemente atualizadas;

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235	
Bairro: JARDIM GUANABARA	CEP: 13.565-905
UF: SP	Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3331-9283	E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 5.012.188

Considerando o papel do sistema CEP/CONEP em garantir a segurança e proteção do participante da pesquisa por meio dos Protocolos submetidos na Plataforma Brasil;

Considerando a corresponsabilidade do pesquisador pela integridade e bem-estar dos participantes da pesquisa;

Este CEP orienta aos pesquisadores o acompanhamento da situação sócio sanitária da região em que ocorrerá a pesquisa, bem como as determinações legais dos planos de contingenciamento do COVID-19 para determinação do início, suspensão ou continuidade de atividades de pesquisas presenciais, mesmo que o Protocolo já se encontre aprovado pelo CEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1775710.pdf	25/08/2021 09:00:18		Aceito
Outros	Carta_Resposta_versao2.pdf	25/08/2021 08:59:29	Eduardo Name Risk	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	24/08/2021 12:02:30	Eduardo Name Risk	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	24/08/2021 12:02:19	Eduardo Name Risk	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	19/08/2021 17:47:47	CARINE DOS SANTOS SPINDOLA	Aceito
Outros	Formulario.pdf	19/08/2021 17:47:40	CARINE DOS SANTOS SPINDOLA	Aceito
Outros	Roteiro.pdf	19/08/2021 15:23:18	CARINE DOS SANTOS SPINDOLA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.562-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9985

E-mail: cep@ufscar.br



UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



Continuação do Processo: S.012.188

SÃO CARLOS, 01 de Outubro de 2021

Assinado por:
Adriana Sanches Garcia de Araújo
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA **CEP:** 13.565-905
UF: SP **Município:** SÃO CARLOS
Telefone: (16)3351-9585 **E-mail:** cxhumanos@ufscar.br

Página 02 de 02